

**TRABALHADORES DO MAR: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS  
TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO DO PESCADOR  
ARTESANAL DE UBATUBA/SP**

**WORKERS OF THE SEA: A DISCUSSION ABOUT THE  
TRANSFORMATION OF LABOR OF THE ARTISANAL  
FISHERMEN IN UBATUBA/SP**

**Larissa Tavares Moreno<sup>1</sup>**

*larissatavaresmoreno@gmail.com*

**Marcelo Dornelis Carvalhal<sup>2</sup>**

*mdcarvalhal@ourinhos.unesp.br*

**RESUMO**

Este artigo realiza uma discussão quanto ao trabalho do pescador artesanal, mais propriamente, visando apreender as transformações do trabalho nesta atividade, assim como, suas particularidades, limites e entraves enfrentados por estes sujeitos que vivem do trabalho da pesca artesanal no município de Ubatuba/SP. Neste sentido, revelando a importância de estudos geográficos nesta área, comprometidos com esses trabalhadores artesanais do mar, revelando como o seu trabalho (e modo de vida) atualmente são ainda muito atuantes, mesmo que marcados pelas processualidades conflitantes do capital, que levam a sua desorganização.

**PALAVRAS CHAVE:** trabalho; pesca; pescador artesanal; Geografia.

**ABSTRACT**

This article presents a discussion about the labor of the artisanal fishermen, more properly, in order to apprehend the transformations of labor in this activity, as well as its particularities, limits and barriers faced by these individuals who live labor of artisanal fisheries in Ubatuba/SP. In this sense, showing the importance of geographical studies in this area, these craft workers committed to the sea, revealing how his labor (and lifestyle) are currently still very active, even though marked by conflicting processualities capital, which leads to their disorganization.

**KEY WORDS:** labor; fishery; artisanal fishermen; Geography.

---

<sup>1</sup> Bolsista FAPESP e aluna de graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)-Ourinhos. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)-Ourinhos.

<sup>2</sup> Professor doutor do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Ourinhos; Professor do curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP-Campus de Presidente Prudente. Coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)-Ourinhos. Coordenador do Centro de Memória Popular Eder Sader (CEMEPES). Coordenador da Incubadora de Cooperativas Populares (INCOP)/UNESP-Ourinhos.

## Introdução

Sendo a pesca uma atividade econômica do setor primário, esta apresenta peculiaridades quanto a sua produção e manutenção já que a produção dos pescados depende de um meio para existir, a água, que no caso é também um recurso natural com outros usos. Além disso, a importância da praia (o espaço na terra) também é muito fundamental. Assim constata-se que,

Ao contrário de outros setores da produção, como a indústria metalúrgica, a pesca é, em nossos dias, a única e última atividade humana de caça realizada em grande escala. A mobilidade dos recursos pesqueiros no ecossistema marinho marcado pela complexidade dos fenômenos naturais é, em grande parte, responsável pela imprevisibilidade da captura com reflexos imediatos na própria organização da produção e do mercado. As modalidades de relações sociais entre os agentes da produção parecem ser influenciadas pelas condições naturais em que se realiza essa atividade. (DIEGUES, 1983, p. 6)

Deve-se destacar também a importância deste setor, a relação da ocupação da força de trabalho, quanto à sua geração de renda. Afinal como mesmo informa o Ministério da Pesca e Aquicultura (2009), os pescadores artesanais atualmente são responsáveis por cerca de 60% da pesca nacional, sendo que esta atividade é exercida por mais de 600 mil trabalhadores do mar em todo o país. Por outro lado, como se constata durante a pesquisa de campo, este é ainda um setor onde os trabalhadores possuem baixa escolaridade, enfrentam condições precárias e degradantes de trabalho. Além disso, recebem pouca (ou nenhuma) infraestrutura e benefícios para melhor desenvolver suas atividades, o que dificulta a inclusão social desses pescadores de pequena escala.

Vale ainda mencionar, que essa atividade desde o período colonial no Brasil teve um papel importante, tanto de abastecimento de núcleos urbanos e espaços interioranos, como também de um modo de manutenção e reprodução de comunidades que complementavam suas atividades com a pesca artesanal. E até os dias atuais, esse setor ainda é muito importante, como se constata ao analisar os dados disponibilizados em estudos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (2009), expostos acima.

Neste sentido acrescenta Luchiari (1999), esse tipo de pesca sempre esteve associado ao uso de técnicas não predatórias, mantendo uma interação de respeito com a natureza, equilibrando a necessidade e a oferta, além das comunidades pesqueiras se organizarem social e economicamente.

No entanto, veremos ao longo da história no Brasil que os pescadores artesanais sofreram modificações organizativas, nas suas relações de trabalho e nos seus modos de vida singulares, logicamente que variando de regiões para regiões.

Diante disso, buscamos neste artigo, como parte integrante de um projeto de pesquisa mais amplo<sup>3</sup>, discutir como a trajetória dos pescadores artesanais de Ubatuba, inseridos no Litoral Norte Paulista, está articulada com as mudanças que se constituíram no município e ao setor e, que geram dificuldades, limites, entraves e alterações no trabalho, mas também na reprodução social e organizativa desses sujeitos sociais e políticos, que são os trabalhadores artesanais do mar de Ubatuba. Trabalhadores estes, que por sinal, garantem ao município o lugar de terceiro maior produtor de pescados do Estado de São Paulo.

Logo o foco deste artigo é o de apontar para as dificuldades e limites enfrentados por estes trabalhadores pouco estudados na ciência geográfica. Mas, principalmente destacando a relevância de um estudo sobre o trabalho dos pescadores, mais propriamente dos artesanais, devido às transformações e entraves para sua reprodução social, caracterizado, sobretudo, pelo desenvolvimento do capitalismo, cujos embates recentes em Ubatuba estão demarcados pela expansão do turismo, da urbanização, legislações ambientais entre outros fatores tratados neste artigo.

Para tanto, primeiramente apresenta-se uma breve descrição da área de estudo. Posteriormente focam-se os aspectos do trabalho do pescador local de Ubatuba, suas transformações e particularidades. Por fim, é destacada a centralidade do trabalho para os pescadores artesanais do mar, além da importância de estudos geográficos preocupados com a temática do trabalho e da pesca.

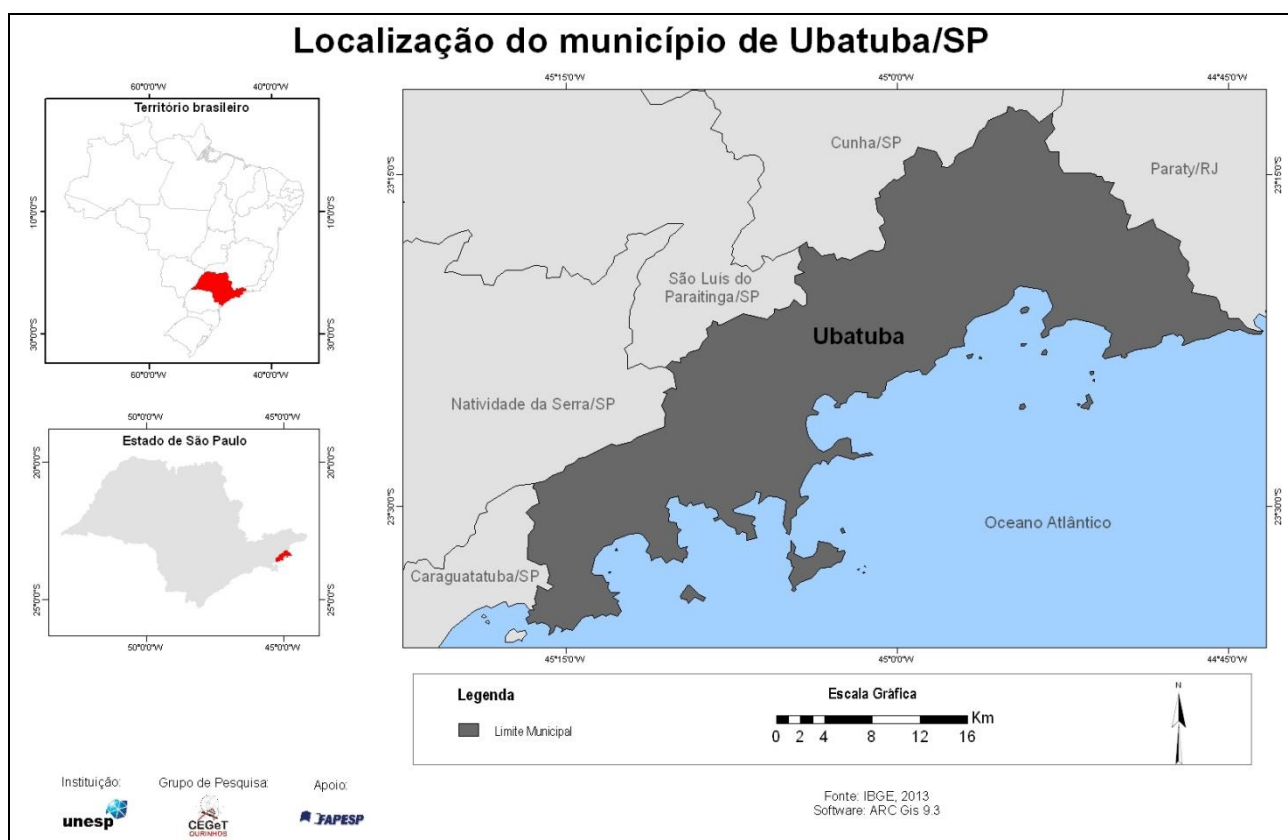
## **O município de Ubatuba**

Diante dessa análise quanto à singularidade do trabalho e das relações de trabalho do pescador artesanal, e as processualidades pela qual esses trabalhadores estão envolvidos, constata-se em Ubatuba, como os pescadores artesanais locais estão inseridos nesse cenário.

---

<sup>3</sup>Este artigo faz parte dos estudos realizados em um projeto de pesquisa mais amplo intitulado: A territorialização do trabalho dos pescadores artesanais da Colônia Z10 “Ministro Fernando Costa” de Ubatuba-SP: nas tramas da água e as disputas pelo devir, financiado pela FAPESP.

O município de Ubatuba, como observado na Figura 1, está situado no Litoral Norte Paulista, entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar, apresentando 100 km de extensão costeira. Segundo Fonseca (2011), o município localiza-se aproximadamente a 240 km da capital paulista, seu território ocupa uma área total de 712 km<sup>2</sup>, dos quais cerca de 80% encontram-se inseridos no Parque Estadual da Serra do Mar, ou seja, representam áreas de preservação ambiental, deste modo, há, portanto, restrições de usos e manejo dos recursos naturais de forma que isso envolve as comunidades dos pescadores artesanais da região, caracterizando um importante foco de conflito entre os pescadores e o Estado. Ubatuba ainda faz limite com Cunha (SP) ao norte, Parati (RJ) a leste, Caraguatatuba (SP) a sudoeste e Natividade da Serra (SP) e São Luís do Paraitinga (SP) a oeste (VERNALHA, 2010, p.14).



**Figura 1: Localização da área de estudo em relação ao nível nacional e estadual.**

Vale mencionar ainda, que o Litoral Norte do Estado de São Paulo é composto por quatro municípios: Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilha Bela. Assim essa faixa litorânea “[...] possui um total de 1.997km<sup>2</sup>, sendo que a Mata Atlântica, área de

conservação permanente, criada para preservar um ecossistema com grande diversidade biológica, incluindo espécies endêmicas ameaçadas de extinção, ocupa 85% da região.” (SILVA; LOPES, 2010, p.16).

A costa do Litoral Norte Paulista, segundo Silva; Lopes (2010) é entrecortada com diversos ambientes costeiros proporcionando o desenvolvimento da atividade de maricultura e a pesca com diferentes apetrechos. Assim a escolha do município de Ubatuba para pesquisa se justifica por se destacar entre os demais do Litoral Norte, se tratando de uma maior expressão na atividade, ocupando o terceiro lugar no Estado de São Paulo em produtividade, de acordo com Silva; Lopes (2010). Sem dizer que o município vem também se destacando no Estado pela produção/criadores de mexilhões em fazendas marinhas, em locais demarcados.

Deste modo é possível vislumbrar a importância do setor pesqueiro de Ubatuba, enquanto o terceiro maior produtor do Estado de São Paulo<sup>4</sup>. Dessa forma, conforme podemos observar na Tabela 1, veremos atualmente o destaque de Ubatuba como o mais importante núcleo de pescadores do Litoral Norte Paulista.

**Tabela 1: Pescadores artesanais no Litoral Norte Paulista**

<b>Municípios</b>	<b>Número de pescadores</b>
Ubatuba	1.162
Caraguatatuba	345
São Sebastião	536
Ilha Bela	304
<b>Total</b>	<b>2.347</b>

Fonte: SEAP/PR (2008) apud SILVA; LOPES (2010, p.18).

### **As transformações do trabalho do pescador em Ubatuba**

Antes de iniciar a discussão proposta por este artigo, vale esclarecer que nosso objetivo não é o de uma exaustiva contextualização história do município de Ubatuba, ou

<sup>4</sup>Segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (2012), o Estado de São Paulo em 2009 era o 6º maior produtor de pescados (em toneladas) do Brasil, em relação à pesca extrativa marinha, perdendo para os estados de SC, PA, BA, CE e MA. Já em 2010, passou para o 7º lugar, perdendo agora também para o RS. Além disso, segundo este mesmo estudo, só no Estado de São Paulo em 2010, foram registrados 25.288 pescadores profissionais, de um total de 74.925 registrados na região Sudeste, lembrando-se que só SP representa quase 34% de toda região Sudeste (expressão maior que os demais estados da região), sem esquecer logicamente, que tudo isto está sendo analisado em relação ao total registrado nacionalmente que é de 853.231 pescadores. No entanto, devemos lembrar que deste total registrado nem todos são da pesca artesanal.

então do Litoral Norte Paulista. A breve contextualização a seguir tem por objetivo fornecer elementos para entender a articulação entre os vetores que influenciaram a produção do espaço litorâneo ubatubano até a contemporaneidade, e demonstrar outros elementos de transformações do próprio setor pesqueiro que estão relacionados à transformação das relações de trabalho dos pescadores artesanais locais no município.

Logo, partimos do princípio entre relações de espaços e tempos visando tornar mais clara a compreensão do que aqui nos propomos discutir, quanto aos sujeitos sociais e políticos que vivem e trabalham no mar de forma artesanal. Afinal, parte-se do pressuposto de que para se entender o pescador e o seu trabalho não se deve retirá-los dos cenários dos quais fazem parte, até porque para entender a pesca artesanal é necessário apreendê-la diante da complexa trama de conflitos e disputas que os cercam.

Nesta perspectiva, segundo Luchiari (1999), de 1500 ao final do século XIX a região do Litoral Norte Paulista onde Ubatuba está inserida, pouco se alterou, pois naquela época o objetivo principal era a exploração de riquezas naturais e a expansão comercial agrícola com uso do trabalho escravo. Sendo assim, a região apresentava-se, como diria Silva (1975), entre uma realidade de isolamento e em seguida de marginalidade, modificando essa sua dinâmica somente no século XX, principalmente após os anos 50. Pois até então, de acordo com Luchiari (1999) havia ainda uma organização do trabalho voltada à vida tradicional do caiçara, baseados num conjunto de técnicas, crenças e simbolismos que serão modificados posteriormente.

Vale comentar ainda, segundo Luchiari (1999), que a pesca artesanal desde o período colonial sempre esteve associada ao uso de técnicas não predatórias, onde os pescadores mantinham uma interação e relação de respeito com a natureza, equilibrando a necessidade e a oferta. Além de se organizarem social e economicamente de modo a estabelecer um sistema chamado de “quinhões”, em que a comunidade dividia o pescado, depois o limpava e salgava-o, e só depois comercializavam; e ainda esses pescadores eram entendidos como pescador-lavrador (aquele que alterna entre a pesca e a agricultura). Assim ao longo de muitos anos houve poucas modificações nas relações sociais e no trabalho na pesca.

No entanto, no caso dos pescadores artesanais ubatubanos, ao longo dos anos de 1920/1930 novas técnicas foram sendo incorporadas à sua atividade pesqueira, por exemplo, como comenta Begossi (2001), a técnica dos cercos flutuantes que foi trazida pelos japoneses ao Litoral Norte Paulista modificando assim a concepção de captura e comercialização do pescado, num sentido mais capitalista. Além disso, conforme Luchiari

(1999) inicia-se também a utilização de técnicas de pesca “traineiras”, isto é, de “arrastão”, que seriam aquelas redes colocadas em barcos para capturar na forma de “arrastão” a maior quantidade possível de pescados.

Deste modo, constata-se o processo de transformações nas relações de trabalho na pesca, além de interferir no seu sistema econômico e organizacional dos sujeitos que vivem dessa atividade.

Neste sentido,

Por volta da década de 1940, surgem também os ‘atravessadores da pesca’, introduzindo uma nova racionalização da atividade e da superação do calendário local. Estes atravessadores, vindos inicialmente pelo mar, depois pelas estradas, passaram a visitar as pequenas praias, comprando o peixe excedente dos caíçaras para atender ao mercado urbano em expansão. A tecnologia pesqueira começa, então, a se desenvolver, equipando melhor os pescadores caíçaras (barco a motor, linha de nylon etc.), mas colocando-os em concorrência direta com a pesca industrial capitalista na conquista de territórios, recursos e mercado. (LUCHIARI, 1999, p.92)

Logo, como se nota, essas técnicas começaram a interferir no sistema econômico e organizacional dos pescadores artesanais. Paralelamente a isto, há no município um avanço turístico e uma expansão da rede rodoviária interligando as cidades do Litoral Norte Paulista, a partir dos anos 50, o que, segundo Luchiari (1999), proporcionou à região um gradual desenvolvimento urbanístico-turístico, e conseqüentemente refletindo em mudanças aos habitantes locais, e aos pescadores, que antes eram verdadeiros pescadores-lavradores. Ou seja, a pesca artesanal atualmente apresenta-se com maior especialização da atividade, substituindo o sujeito pescador-lavrador, que alternava entre a lavoura e a pesca como estratégia de produção.

Neste aspecto, muito bem analisado nos estudos de Diegues (1983) veremos que os pescadores artesanais são aqueles

[...] que exercem a pesca como atividade exclusiva, utilizando meios de produção próprios ou de um grupo familiar ou de vizinhança, não estabelecendo vínculos de assalariamento entre os produtores, utilizando instrumentos de produção com baixo emprego de tecnologia, entre outras características que diferem estes pescadores daqueles conhecidos como embarcados de empresas pesqueiras (DIEGUES, 1983 *apud* CARDOSO, 2009, p.6)

A partir disto vale esclarecer a ideia apresentada de que o pescador artesanal é aquele tipo de pescador que passa a exercer exclusivamente a pesca como sua atividade. Isto significa, segundo Diegues (1983), que no caso, o pescador artesanal se diferencia

justamente do pescador-lavrador (aquele que altera entre a agricultura e a pesca) pelo fato de exercer exclusiva - ou quase exclusivamente - a atividade da pesca.

Ou seja, busca-se ressaltar neste presente momento, fazendo uso das ideias expostas por Diegues (1983) é que nesse tipo de pesca (a pequena produção mercantil ampliada), o pescador passa a viver e se reproduzir exclusiva ou quase que exclusivamente da sua profissão da pesca, que é voltada fundamentalmente para o comércio.

O mercado é o objetivo de sua atividade, ainda que o balaio ou cesto de peixe, religiosamente separado antes da partilha, constitua uma das bases de sua sobrevivência e de sua família. (DIEGUES, 1983, p.155)

No entanto, o excedente reduzido e irregular, a baixa capacidade de acumulação, a dependência total *vis-à-vis* ao intermediário, a propriedade dos meios de produção, o domínio de um saber pescar baseado na experiência (e que constitui sua profissão), são elementos que caracterizam ainda a pequena produção mercantil. (DIEGUES, 1983, p.155)

Deste modo, ao analisar os pescadores artesanais, deve-se também notar, que estes devem ser entendidos como aqueles que antigamente constituíam os pescadores-lavradores (centrados na obtenção dos meios de subsistência – a pequena produção mercantil simples), mas que, por vários motivos, entre eles, às pressões de demandas externas dos mercados urbanos de Santos, São Paulo e Rio de Janeiro tiveram a passagem desta produção pesqueira para a produção artesanal. Mas para, além disso, resalta Diegues (1983), o pequeno produtor litorâneo (o pescador-lavrador ou o sitiante-pescador) teve as suas condições naturais de produção modificadas também pela separação gradativa destes sujeitos aos seus locais de morada e trabalho (o sítio e a praia) devido à especulação imobiliária, a urbanização, o turismo desenfreado entre tantos outros fatores transformadores. O que, também marcou os pescadores locais de Ubatuba, afinal isso representa outro processo que levou a transformação de suas relações de trabalho e modo de vida (organização e reprodução).

Por conseguinte, de acordo com Luchiari (1999), será entre os anos 50 e 70 que encontraremos definitivamente os vetores atuais da modificação na organização social e espacial da região de Ubatuba, afinal é o início do período de valorização turística das paisagens naturais, constituindo-se como o vetor fundamental de integração do município aos outros locais.

Diante desse novo cenário de organização da atividade turística, várias mudanças espaciais foram produzidas em Ubatuba, como a melhoria da rede rodoviária – onde a implantação da rodovia Rio-Santos (BR-101) foi o marco definitivo deste novo período, o aumento do processo de urbanização, as transformações de residência de alto padrão



(condomínios fechados), a especulação imobiliária, os fluxos sazonais de turistas/veranistas; sendo assim implicando diretamente no universo caiçara, isto é, no pescador tradicional local, mas que a partir de então passa a sofrer fortes transformações na sua organização social e relações de trabalho.

Na década de 1960, a atividade pesqueira dissocia-se da lavoura e transforma-se na principal atividade econômica do litoral. Esta especialização, levou os caiçaras a se tornarem exclusivamente pescadores, desarticulando a antiga autonomia decorrente da auto-suficiência alimentar, o saber secular através do qual eram produzidos artesanalmente os próprios meios de produção, e acentuou no tempo o caráter de duplicidade (tempo natural X tempo mercantil, inverno/vazio X verão/cheio/turismo). [...] O universo caiçara subordinou-se, então, ao capital comercial dos centros urbanos (principalmente Santos), e à penetração do capital monopolista e de pequenos investidores, que acelerariam o processo de urbanização. Essa realidade, que se torna definitivamente presente, altera as relações dos homens entre si, e destes com o meio natural. (LUCHIARI, 1999, p.94)

Assim há definitivamente a transição da pesca dos pescadores-lavradores para a dos pescadores artesanais, que se constituem enquanto produtores de pescados ao comércio (mas também a sua subsistência) e que visam, por sua vez, o sustento de sua unidade familiar, isto é, buscam a sua própria reprodução enquanto sujeitos sociais<sup>5</sup>.

Logo, os pescadores artesanais, como definida por Diegues (1983), apresentam o controle sobre o processo de trabalho, afinal possuem um conhecimento acumulado do ofício pesqueiro, são também proprietários dos seus meios de produção. Além disso, este tipo de pesca possui pouca divisão do trabalho gerando um fraco desenvolvimento das forças produtivas, bem como apresentando um regime de trabalho em parceria (seja com sua unidade familiar ou vizinhança).

Em outras palavras, a remuneração da força de trabalho se aproxima da parceria, apresentando, pois, semelhanças ao regime de trabalho existente no campo. Constituindo-se então de um sistema em que não há uma extração de mais-valia de quem participa do processo de trabalho. Desta maneira não encontramos os mecanismos básicos de funcionamento do sistema capitalista, que se reproduz continuamente na relação capital-trabalho; já que nestas características da produção dos pescadores artesanais presenciamos apenas formas pré-capitalistas de produção, isto é, uma pequena produção mercantil da

---

<sup>5</sup> Entende-se por sujeitos sociais a formação identitária dialética, na relação que o indivíduo estabelece com a sociedade, em que sua postura política e social é engendrada pelas decisões individuais num determinado contexto social, que lhe configura diferentes significados. Assim sujeito social não é nem a individualidade autônoma e nem o coletivo determinando a ação dos sujeitos, é justamente a relação estabelecida entre os indivíduos e a sociedade.

pesca. Até porque, “Nessa forma de produção o excedente, normalmente reduzido e inconstante, não é convertido em capital que compra a força de trabalho, mas apropriado pelo modo de produção dominante, através da esfera da circulação.” (DIEGUES, 1983, p. 211).

Portanto, o autor visa revelar que o pescador artesanal possui uma produção que se aproxima mais da corporação de ofício, diferentemente da produção do pescador-lavrador que é mais relacionada a um campesinato, e ambas diferentemente do mesmo modo da produção capitalista. Até porque, reafirma Diegues (1983) na pequena produção mercantil, os pescadores-lavradores e os pescadores artesanais são, além de trabalhadores diretos, os próprios proprietários de seus meios de produção participando desta maneira efetivamente do processo de trabalho, e, possuindo o controle do conhecer e do saber tradicional no qual se apropriam materialmente da natureza. Deste modo, portanto, estes têm como objetivo

[...] a subsistência de seus produtores e não a produção do valor de troca ou a acumulação de capital, ainda que em maior ou menor escala ambos os subtipos produzam valores de troca. Como afirma Marx, tanto o camponês quanto o artesão independente têm uma dupla personalidade: um como proprietário dos meios de produção, comportando-se como um capitalista, e outra como operário, ele é seu próprio trabalhador assalariado, explorando-se a si mesmo enquanto tal. (Marx, 1971b apud Diegues, 1983, p.212)

Neste sentido, é necessário explicar que

O pescador artesanal não é um camponês, apesar de ambos participarem da pequena produção mercantil. O primeiro vive exclusivamente da pesca e é dessa atividade que ele deve retirar não somente os seus meios de subsistência, mas o excedente, que, transformado em dinheiro, irá pagar os seus compromissos com o comerciante-financeiro onde adquiriu o seu motor ou sua rede. No entanto, o próprio caráter de pequena produção não lhe permite uma acumulação constante, na medida em que vive ainda ao sabor dos ciclos naturais. A possibilidade de se reproduzir como produtor independente reside na abundância relativa do pescado, nas áreas costeiras, que pode alcançar com sua embarcação. A dependência cada vez maior do mercado pode induzi-lo a explorar esses recursos acima de sua capacidade de reprodução natural. A predação desordenada desses recursos poderá significar também seu fim como produtor independente e sua proletarização em algum barco de pesca industrial ou sua marginalização como subempregado nas áreas urbanas. (DIEGUES, 1983, p.216)

Além disso, vale lembrar que

[...] o termo artesanal vincula-se a ideia de artesão, diferenciando o pescador do camponês, porque este ‘é dono da terra que cultiva, o artesão, dos instrumentos que maneja com perícia’ (MARX, 1982, p.880). Desse modo, sua habilidade e talento circunscrevem-se em seu

conhecimento e na utilização dos instrumentos de trabalho (redes, mudanças de rotas de navegação), em momentos precisos. Todavia, o objeto da ação do seu trabalho, diferentemente de um artesão, não é estático, exigindo um constante saber-fazer dos trabalhadores da pesca artesanal sobre um meio em constante movimento e transformação. (RAMALHO, 2006, p.51-52)

#### Logo na produção artesanal

[...] na medida em que os pescadores moram em áreas urbanas e suburbanas, a única fonte de rendimento é a pesca, cujo resultado deve garantir ao menos a reprodução dos instrumentos de trabalho, além das necessidades da reprodução física o trabalhador e sua família. Há, porém, a reprodução contínua dos meios de produção que são consumidos diariamente e que na pesca motorizada representam um grande consumo de capital. São o combustível, o óleo lubrificante, o gelo. (DIEGUES, 1983, p.218-219)

Desta maneira, diferentemente do pescador-lavrador que para continuar a se reproduzir enquanto produtor centra-se exclusivamente na obtenção dos seus meios de subsistência, os pescadores artesanais são obrigados diariamente a repor uma parte do capital em seus instrumentos de trabalho para que eles funcionem e possibilitem ir à busca de sua produção e reposição dos meios de subsistência. E à medida que os custos aumentam ou a reposição dos instrumentos de trabalho se torna mais difícil, isto vai agravando e dificultando a vida e reprodução dos pescadores artesanais. Estes acabam tendo que se transformar muitas vezes em embarcados, simples tripulantes de barcos de pescas industriais, ou então acaba se deslocando para outras atividades urbanas.

Portanto, deve-se notar que

[...] no processo de trabalho dos pescadores artesanais existe a produção parcial dos meios de subsistência pelos próprios pescadores. Ao lado da quase totalidade da produção levada ao mercado, os camaradas levam para casa a mistura ou o peixe consumido como prato de base da família. A produção dos valores de uso é no entanto limitada, concentrando-se os pescadores artesanais na produção da mercadoria. O peixe é aí um valor de troca, mas o trabalho não se transformou ainda em mercadoria, em objeto de compra e venda. Daí não existir a extração de mais-valia absoluta, mesmo quando no processo de trabalho os agentes de produção permaneçam no mar por mais tempo que o previsto, tendo encontrado um bom cardume. (DIEGUES, 1983, p.259)

Com isto fica claro, como constatou Diegues (1983), de que a dissolução da produção do pescador-lavrador se dá pelo afastamento deste com a terra e a praia, e de suas condições naturais de produção. Já para haver um aniquilamento do pescador artesanal, outras razões distintas desta devem ocorrer, que por sua vez, dizem respeito à

perda ou a separação dos instrumentos de trabalho e da arte, o controle do saber da pesca tradicional pelo sujeito pescador.

Diante do exposto, facilmente enxerga-se como é complexo analisar as dinâmicas envolvidas no processo e relações de trabalho desta atividade artesanal da pesca, que perpassa também pelo esclarecimento do que foram os pescadores-lavradores. No entanto, é possível compreender que na atividade laboral dos pescadores artesanais constata-se a produção de valores-de-uso um tanto limitado, se comparado à concentração dos produtos (os pescados) que são destinados ao mercado, o que poderia ser entendido sob um aspecto da produção de valores-de-troca. Por outro lado, devemos ter a clareza da diferença que deve ser estabelecido entre os produtos gerados e o trabalho do pescador artesanal do mar.

Antes, porém, de esclarecer essa diferença, é necessário destacar, como explica Marx (2008), que, antes de tudo, no processo do trabalho participam o homem e a natureza. Ou seja, o homem defrontando-se com a natureza, apropriando-se dela e a modificando, e ao mesmo tempo modificando a si próprio. Deste modo,

No processo de trabalho, a atividade o homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio de instrumento de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado as necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. (MARX, 2008, p.214)

Quanto a isto, ressalta Marx (2008) que este valor-de-uso pode ser encarado de diferentes formas, como uma matéria-prima, meio de trabalho ou produto, visto que este varia de acordo com a função que exercerá no processo de trabalho e da posição que nele ocupará e conseqüentemente desta forma alterando a natureza do valor-de-uso.

Assim o processo de trabalho é uma atividade dirigida para criar valores-de-uso, ao se apropriar e se modificar os elementos naturais às necessidades humanas. Logo é uma condição ontológica do ser social, não tendo necessariamente o objetivo de produzir valores-de-troca. Porém, com a hegemonia capitalista, o trabalho passa a ser organizado pelos princípios ordenadores da acumulação privada de capital, através da mais-valia extraída do trabalhador. Portanto, muda a lógica existente quando o capitalista consome uma mercadoria, quando adquire uma força de trabalho. Conseqüentemente a condição existente do processo de trabalho é alterada, havendo grandes transformações no processo de trabalho em virtude da subordinação do trabalho ao capital. Em outras palavras, no capitalismo o valor-de-uso não desaparece, mas fica subordinado à sua condição de meio de acumulação, ou seja, de valor-de-troca. Logo estamos diante do processo de valorização.

Sendo assim nos defrontamos com uma dupla dimensão do processo de trabalho, o valor-de-uso e o de troca que, ao mesmo tempo em que humaniza, degrada; ao mesmo tempo em que liberta, escraviza; e ao mesmo tempo em que emancipa, aliena o trabalhador.

Contudo, não estamos apreendendo qualquer tipo de trabalhador, mas sim um trabalhador artesanal do mar, que vive sob um modo de vida e organização peculiar. Onde o seu espaço de produção, sustento, vida, organização, reprodução social e atividade laboral estão sob o princípio da produção de valor-de-uso, mesmo que uma parte da produção seja comercializada.

Por outro lado, isso não quer dizer que nestes espaços usados pelos pescadores não existam conflitos na qual a lógica do capital busca introduzir dinâmicas de um valor-de-troca. E, além disso, disseminar seu poder de influir até mesmo na reprodução, na subjetividade e nas formas de organização coletiva e política destes sujeitos. Visto que os grandes agentes do capital carregam consigo um conjunto de dinâmicas e processos que propiciam disputas e conflitos nos espaços em terra e na água, da qual estão inseridos os pescadores.

Diante do exposto, ao retornarmos para a diferença entre os produtos gerados e o trabalho dos pescadores, verifica-se que os produtos (os pescados) produzidos pelo pescador artesanal logicamente se apresentam como um valor-de-troca, que certamente se faz necessário para a própria sobrevivência e reprodução deste sujeito social. Ou seja, a comercialização dos pescados pelos pescadores ocorre numa relação predominante, isso não significa absoluta. Logo, não domina totalmente a organização produtiva desses trabalhadores, afinal eles também consomem esses pescados, apresentam formas relativamente autônomas de organização que não caracterizam uma subordinação direta do trabalho ao processo de acumulação de capital.

Já o trabalho do pescador artesanal, como explica Diegues (1983), ainda não pode e nem deve ser compreendido como um valor-de-troca, pois ainda não se transformou em objeto de compra e venda. Afinal o objetivo do trabalho do pescador artesanal é a sua própria subsistência e a de sua unidade familiar, e não a produção de valores-de-troca ou de acumulação de capitais. Além disso, o processo de trabalho e as relações de trabalho do pescador artesanal se apresentam ainda muito baseados na corporação do ofício, nas relações de parcerias, vizinhança, unidades familiares, onde se visa à apropriação real dos meios de produção, e, além disso, pelo conhecer e saber tradicional da arte da pesca.

Em outras palavras, na pesca artesanal presenciamos ainda uma unidade entre os instrumentos de trabalho (os meios de produção) e o pescador, este por sua vez, portador

de uma profissão, de um conhecimento construído pela sua vivência na própria comunidade. Diferentemente da produção capitalista em que as condições naturais passam a ser considerado como instrumento de trabalho, e conseqüentemente o pescado se torna uma mercadoria, uma matéria-prima a ser processada industrialmente, ou seja, a natureza passa a ser entendida como algo externo ao homem, de forma que ela pode ser transformada em um objeto de troca.

O aparecimento de formas capitalistas de produção na pesca significou não somente a separação do trabalhador direto dos instrumentos de trabalho e seu conseqüente assalariamento, mas também a expropriação progressiva do *savoir-faire* profissional desse conhecer complexo, apanágio de todo pescador experiente. (DIEGUES, 1983, p.97)

Assim, se verifica a importância desses trabalhadores do mar, e em geral dos pescadores de pequena escala, que se utilizam ainda de formas produtivas tradicionais e de respeito para com a natureza, até porque a reprodução dos pescados se deve conseqüentemente a reprodução natural e biológica destes, o que escapa ao controle do homem. Logo se verifica a fundamental correlação que se estabelece entre a reprodução da vida e organização social destas comunidades de pescadores e a reprodução dos estoques de pescados.

Deste modo, é fundamental discutir uma grande variedade de elementos e fatores que circundam o universo do pescador artesanal, para então tentar dar uma melhor elucidção daquilo pela qual acreditamos dar conta do que é este sujeito trabalhador e os significados do seu trabalho.

Neste sentido, se faz importante também mencionar neste debate sobre as transformações do trabalho do pescador artesanal a questão da industrialização da pesca ocorrida na história do Brasil. Como destaca Cardoso (2009) e Diegues (2001), na década de 1960 iniciam-se projetos de uma industrialização à pesca, uma dita “modernização”, que veio com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) junto com a criação de uma política de incentivo a produção de uma pesca empresarial e industrial no Brasil. Isto é,

Em 1967, pelo Decreto-lei nº 221, do Governo brasileiro, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca decidiu fazer da atividade pesqueira uma indústria de base, carreando para o setor um volume considerável de recursos, através da aplicação dos incentivos fiscais. O objetivo era ambicioso: criar uma pesca empresarial-capitalista no Brasil. Depois de 12 anos de aplicação dessa política, os resultados não foram animadores, e os pequenos pescadores somente receberam migalhas dos polpudos recursos destinados a empresas, muitas vezes fantasmas, continuaram sendo responsáveis por uma grande parte da produção pesqueira no Brasil. Nestes últimos anos, a pesca passou por inúmeras transformações no Brasil. Surgiram empresas da pesca, e praias

antes celebres pelos seus pescadores se esvaziaram, sendo ocupadas por residências secundárias. (DIEGUES, 1983, p.3)

Diante disso, nota-se como esse projeto de incentivo a empresas-capitalistas da pesca só causaram impactos e prejuízos aos pescadores de pequena escala no país. Vale ainda mencionar, sobre a SUDEPE que nos fins dos anos 80 foi extinta, de modo que as políticas federais voltadas ao setor passam a ser de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). No ano de 2003 o governo brasileiro cria a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, vinculada diretamente à Presidência da República e em 2009 esta secretaria se transforma no Ministério de Pesca e Aquicultura (CARDOSO, 2009).

Percebem-se, então, como os pescadores artesanais têm dificuldades a serem enfrentadas em sua reprodução social, afinal o que se constata é a especialização da atividade pesqueira e novas atividades de ocupação aos antigos lavradores-pescadores, que atualmente estão relacionadas à combinação das atividades pesqueiras com os serviços turísticos, na construção civil ou ainda nos serviços temporários, além do fator da alteração da dinâmica local tradicional pelos fluxos de turistas que se encontram na região. Sendo assim substituindo a então tradicional e diversificada economia, integrada à natureza e de autossuficiência.

Neste sentido, aponta ainda Cardoso (2009) que é preciso se atentar ao fato de que os pescadores artesanais enfrentam outras dificuldades referentes à pesca industrial e tecnologicamente desenvolvida; ou às modalidades dos usos feitos dos espaços antes usados pelos pescadores, sofrendo agora competição pelo desenvolvimento das atividades turísticas, uso de embarcações de lazer e a pesca armadora, por exemplo, caracterizando assim, segundo este autor, os chamados conflitos de uso do espaço.

Quanto às modalidades de uso do espaço, poucas áreas permanecem para o manejo pesqueiro. Em algumas praias, até os antigos ranchos para a guarda de apetrechos e embarcações foram excluídos, em função da expansão dos condomínios turísticos. Em outras, pescadores demandam a implantação de estruturas de comercialização de pescado, entrepostos ou áreas de manutenção de embarcações. (CARDOSO, 2010a, p.6)

Mas vale esclarecer neste presente momento que

Não é a inovação tecnológica enquanto tal que é destrutiva, mas a forma pela qual as mudanças operam, desorganizando o sistema tradicional de apropriação dos recursos, removendo os incentivos à cooperação e à autonomia territorial de que necessitam os grupos locais para pescar de forma sustentável e sem conflitos. (CORDELL, 2001, p.156-157)

Destarte, buscamos discutir geograficamente os processos e transformações de trabalho dos pescadores artesanais de Ubatuba, marcado pela produção do espaço ubatubano, conflitos relacionados às restrições ambientais (em terra e no mar), os incentivos às atividades turísticas, materializadas mais recentemente pela inserção de Ubatuba no circuito dos cruzeiros de grandes embarcações, ou ainda a expansão urbana (com forte especulação imobiliária), a pesca industrial e a pesca amadora.

Diante disso, visualiza-se claramente que as transformações da organização do trabalho dos pescadores de Ubatuba, se deve a forte presença do turismo, do desenvolvimento urbano e imobiliário, além da presença de empresas capitalistas no setor de comercialização e beneficiamento da produção que acabam comprometendo as relações de trabalho destes pescadores.

Assim, reforçando o que já descrevemos, durante as décadas de 1950 até 1970 vimos à concretização da ruptura do isolamento da economia e da cultura caiçaras no espaço ubatubano, já com a materialização dos processos de urbanização, das novas tecnologias implantadas na pesca, a expansão do setor terciário e a industrialização avançando sobre a pesca. Soma-se a este novo cenário, de acordo com Cardoso (2010a), a expansão do setor energético movimentando e ampliando todo o setor terciário na região, que por outro lado acarreta transformações nos espaços que pertenciam antes à agricultura e pesca.

A preservação ambiental é outro importante assunto para nossa análise, afinal os pescadores artesanais, assim como a população local, não sofreram apenas com a especulação imobiliária, e o avanço do turismo na região. As legislações e políticas de preservação ambiental, como por exemplo, com a criação do Parque Nacional da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba, em Ubatuba, que mesmo num sentido positivo, segundo Luchiari (1999), impediria a expansão urbana desordenada, por outro lado restringiu o uso dos recursos naturais, mesmo para as comunidades tradicionais locais, que sobreviviam com estes recursos, sem depredá-los. Ou ainda restrições ambientais devido à criação do Parque Estadual da Ilha Anchieta, o que reforça políticas restritivas tanto em espaços em terra como no mar.

Na verdade, em muitos casos, a criação dessas áreas protegeu os moradores tradicionais contra a especulação imobiliária galopante e a expropriação de suas terras, fenômeno que já ocorria antes do estabelecimento das unidades de conservação. Entretanto, foram severamente tolhidos de exercer, no interior dessas áreas, suas atividades habituais, como a agricultura, o extrativismo e a pesca. Impossibilitados de continuar sem seu modo de vida tradicional, parte considerável deles foi obrigada a migrar [...]. Dessa forma, os sistemas de apropriação comum dos recursos naturais foram, na maioria dos casos, ignorados, e



no processo de desapropriação, sua qualidade de 'posseiros', sem títulos da terra, colocaram-nos em desvantagem aos grandes proprietários e empresas que anteriormente já se haviam apossados de parte de seus territórios ancestrais. (DIEGUES, 1996, p.132)

Diante disso, devemos refletir sobre essa imposição, criação de áreas naturais preservadas em detrimento das comunidades tradicionais locais. Nesse processo, quase sempre é utilizada a coerção e a violência para obrigar essas populações a aceitar o inaceitável: a destruição de seu modo de vida e de sua relação com a natureza (DIEGUES, 2001). Constata-se que na realidade essas comunidades tradicionais não são apenas afetadas no seu modo de se organizarem e nas suas relações de trabalho, mas também no seu modo de vida e na sua direta relação com a natureza.

Notem-se, portanto, a importância de se pensar não somente o fator turístico/urbanístico de transformações dos espaços das cidades litorâneas, no caso em específico de Ubatuba. Até mesmo pelo lugar estratégico em que está situado e pela área preservada, o grande atrativo turístico. Mas também as próprias políticas e legislações ambientais como os zoneamentos e gerenciamentos costeiros no espaço ubatubano, além dos problemas e os conflitos em terra, os pescadores ainda são prejudicados no mar, limitando muitas vezes seus locais e mecanismos de pesca. Enfim, restringindo sua forma de se organizarem e se utilizarem do recurso água (mar), dos quais retiram seu sustento familiar.

Somado a esses fatores deve-se pensar na questão populacional que acompanha todo esse processo de produção do espaço litorâneo de Ubatuba. Isto é, há vários deslocamentos populacionais, segundo Cardoso (2010b), seja dos caiçaras locais que deixaram seus territórios tradicionais (a praia) para os sertões, ou dos caiçaras que se mudaram para as cidades, ou dos migrantes de outras regiões do país que ali se estabeleciam. Acrescido a isto há o crescente fluxo de turistas que passaram ao longo dos últimos anos a movimentar intensivamente a região. Do mesmo modo esses fatores urbanísticos, turísticos e demográficos alteram e impactam a dinâmica local, a dinâmica da população local, pois implicam na alteração da organização social e coletiva e mesmo nas relações de trabalho da população local, além de acelerar o processo de ocupação dos espaços costeiros da região.

Neste sentido, reafirma Diegues (1996), que a combinação da expansão turística, a especulação imobiliária e a pesca industrial predatória resultaram na intensa expropriação dos territórios de uso comum, que permeavam o universo caiçara. Isto é, os pescadores artesanais neste período tiveram seus territórios tradicionais, suas praias, ocupadas pelos

complexos hoteleiros e turísticos. Desta forma a praia passa a ser um território regido pelo mercado, transformado, conforme Luchiani (1999), num território privado, pelo turismo de elite. Em outras palavras,

As áreas de praia onde geralmente estão situadas as comunidades de pesca artesanal tem sido ocupadas por empresas imobiliárias, turísticas e hoteleiras, o que afasta o pescador do contato sistemático e frequentemente com o mar, elemento imprescindível à formação individual e à reprodução do grupo. Esse tipo de intervenção no ambiente também contribui grandemente para a desarticulação dos grupos e marginalização do pescador. (MALDONADO, 1986, p.44)

Vale ainda enfatizar<sup>6</sup>, outro plano de desenvolvimento turístico implantado atualmente no espaço litorâneo de Ubatuba, que são os cruzeiros marítimos. De um lado, notam-se pescadores artesanais que aproveitam esses momentos para alugar aos turistas barcos de passeio a praias e ilhas locais, por outro, existe o impacto causado por essa modalidade de turismo, que como comentam pescadores locais<sup>7</sup> se deve aos esgotos e lixos despejados por esses navios, no ambiente marinho local, que acaba afetando e degradando o recurso natural água, da qual retiram o seu maior sustento familiar. Além disso, vale destacar o jogo de interesses que envolvem (ou não) o cumprimento da legislação por parte de tais empreendimentos. Afinal por um lado constata-se que os pescadores artesanais locais devem cumprir corretamente seus deveres, como por exemplo, o de locais de desembarque, os zoneamentos da pesca, podendo sofrer intensas punições pelo não cumprimento adequado destes. Mas por outro, o próprio município com possíveis interesses simplesmente concede que esses navios ancorem na praia, porém assim descumprindo com a legislação, afinal o município não conta com um porto adequado para a realização de tal mecanismo, tendo apenas criado uma espécie de terminal marítimo (muito precário), no entanto, confirmando neste caso que não se faz a devida fiscalização e cumprimentos das exigências legais.

Inclui-se também a importância do entendimento e alcance das políticas públicas ao setor pesqueiro, que de acordo com Cardoso (2009) não repercute apenas nos recursos, mas também nos ambientes e sobre os agentes produtivos deste setor, de forma que se constitui uma análise das relações entre a pesca e o Estado, ou seja, essas políticas estão sempre conectadas às questões ambientais, que por sua vez estão diretamente envolvidas com a pesca e o Estado.

---

<sup>6</sup> Diante da pesquisa de campo realizada em 2012.

<sup>7</sup> Comentários fornecidos pelos pescadores locais de Ubatuba, durante a aplicação de questionários e conversas realizadas em 2012 e 2013.

Como alerta Cardoso (2009), na própria formação das Colônias, Federações ou Confederações Nacionais dos Pescadores, entre os anos 1919 e 1923, como uma ação estratégica do Estado e da Marinha, na constituição de um sistema organizativo da categoria. Vale ressaltar, segundo Moraes (2001), que só após a Constituição Federal de 1988 estes sistemas organizativos conseguiram um status sindical independente possibilitando uma maior atuação e defesa dos direitos sociais e políticos dos pescadores artesanais. Assim acreditamos como é fundamental tentar apreender essas implicações da organização social dos trabalhadores do mar, já que “[...] a politização do movimento de pescadores aparece como uma das ações levadas a cabo por estes sujeitos sociais nas discussões das questões que envolvem seus espaços de vida, moradia e trabalho, seu espaço geográfico e seus territórios.” (CARDOSO, 2009, p.9).

É válido mencionar o que se constatou em pesquisa de campo entre 2012 e 2013, como a constituição e formação da Colônia Z10 “Ministro Fernando Costa”<sup>8</sup> é importante aos pescadores artesanais de Ubatuba, onde os pescadores alegam muitos avanços, conquistas e lutas da Colônia e do movimento dos pescadores locais a favor da categoria, mesmo diante de muitos entraves que eles sofrem diariamente. Como, por exemplo, quanto às citadas<sup>9</sup> conquistas pela licença da pesca, os auxílios/seguros desempregos e a aposentadoria, dentre tantas outras ações a favor de um melhor e digno avanço ao pescador artesanal, que sempre foi visto com maus olhos, sendo marginalizado pela sociedade em geral.

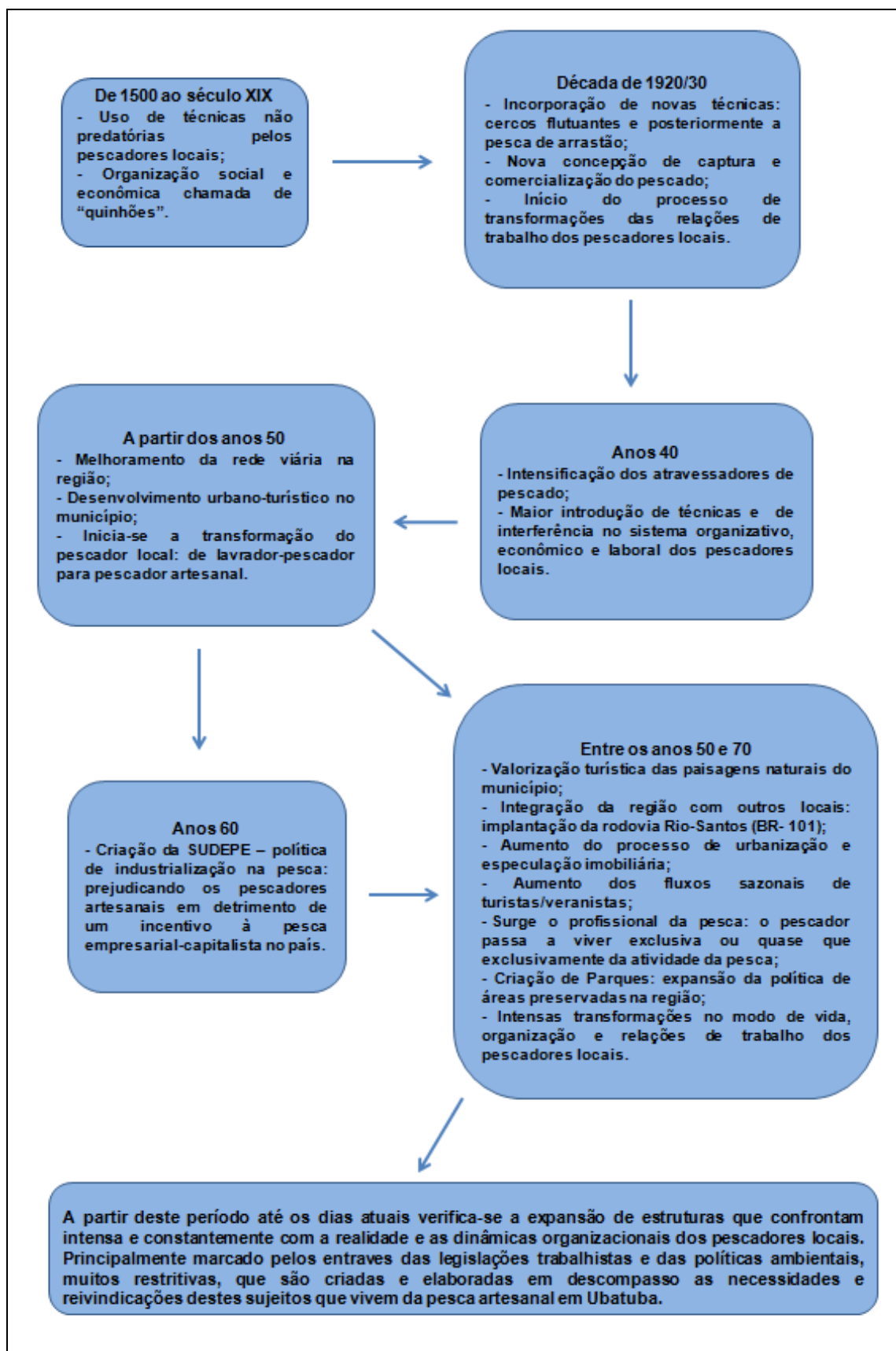
Neste sentido, como uma tentativa de espacializar o que colocamos neste artigo enquanto alguns dos entraves e transformações ocorridas que modificaram o modo de vida e trabalho desses sujeitos pescadores em Ubatuba, segue o Quadro 1, que por sua vez, demonstra de forma sistematizada essas dinâmicas que cercam o universo da pesca artesanal do município.

---

<sup>8</sup> A Colônia Z10 “Ministro Fernando Costa” de Ubatuba foi criada em 1939.

<sup>9</sup> Exemplos citados pelos pescadores artesanais locais de Ubatuba em pesquisa de campo realizada em 2013.

Quadro 1: Algumas transformações ocorridas ao longo da história que alteraram as relações de trabalho e o modo de vida dos pescadores locais de Ubatuba/SP



Diante das ideias expostas no quadro acima, é necessário esclarecer que constam nele apenas aspectos mais gerais que ocorreram ao longo dos anos e ajudaram a modificar as relações de trabalho, modo de vida e organização dos pescadores de Ubatuba. O que não significa que outros elementos não tenham ocorrido e do mesmo modo afetado suas vidas.

Baseado nesta sistematização e nas discussões realizadas visualiza-se a importância do trabalho, enquanto peça-chave para se compreender as estratégias de reprodução social desses sujeitos que vivem da pesca artesanal. E, além disso, se olharmos para esses sujeitos observar-se-á

[...] uma profunda especificidade em sua lógica de trabalho. O espaço crucial, que define sua singularidade, encontra-se presente na própria existência de seu principal meio de produção. Ou seja, é a partir do espaço livre mar/estuário que se elabora e constrói esse trabalhador forjado na interação constante com os recursos naturais aquáticos, permitindo-lhes distinguir-se de qualquer outro grupo socioeconômico e cultural ao edificar uma organização social bastante peculiar. (RAMALHO, 2006, p.50-51)

Indo mais além, deve-se compreender que

[...] a pesca artesanal não pode ser vista, tão-somente, como consequência da sua interação com o meio ambiente e o modo como os seres humanos se organizam para se apropriar do espaço natural, já que essa atividade assume respostas diante da sua – cada vez maior - inserção no jogo das relações sociais, que transcendem o espaço local e interferem no ambiente pesqueiro como resultado histórico do desenvolvimento capitalista. Além do mais, as próprias alternativas construídas pelos grupos e/ou indivíduos, na qualidade de estratégias de sobrevivência, acabam sendo um diálogo com as causas colocadas pelo jogo das relações sociais gerais. Então, o ser humano ‘torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los’ (LUKÁCS, 1978, p.5), permitindo uma transformação e atualização no devir-ser, da sua sociabilidade e tradição. (RAMALHO, 2006, p.53-54)

Neste sentido, revela-se a centralidade do trabalho, isto é, da “[...] validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora” (ANTUNES, 2005, p.101), mais precisamente dos trabalhadores pescadores artesanais, e que deve estar presente nas discussões da Geografia. Afinal, mesmo que alguns profissionais perdendo seus espaços, passando por transformações nas relações, processos e organização de trabalho, constata-se o trabalho dos pescadores como uma categoria tradicional, mas que ainda persiste e se

mostra como um modo de organização social particular, como uma atividade laboral singular, com uma interação peculiar entre o homem e a natureza, e, além disso, como um modo de vida característico.

### **Considerações Finais**

Verifica-se diante da discussão presente neste artigo, que não somente acontecem transformações no âmbito das políticas destinadas a pesca, mas principalmente na produção do espaço litorâneo ubatubano, regido pela exploração do ambiente, o incentivo urbano-turístico, responsável por provocar mudanças nas comunidades caiçaras locais, nos trabalhadores locais, e aos trabalhadores artesanais do mar.

Vimos que as transformações das relações de trabalho e modo de vida, ou melhor, a desorganização do trabalho na pesca artesanal é gerada, sobretudo, pela própria dinâmica do sistema capitalista ao setor, ou então, por outros setores e fatores existentes e produzidos pelo avanço do capital, como é o caso da expansão urbano-turística, a especulação imobiliária, o avanço das indústrias poluentes, das indústrias beneficiadoras do pescado, as legislações ambientais, entre tantos outros fatores impactantes e conflitantes com as realidades dos pescadores artesanais de Ubatuba.

Sendo assim, as transformações sofridas pelos pescadores locais de Ubatuba extrapolaram os limites dos espaços em terra e no mar, espaços estes onde vivem e trabalham esses pescadores. Afinal implicam também em questões mais profundas: seja na organização social e coletiva desses sujeitos, seja quanto às transformações que se deram nas relações de trabalho desses trabalhadores do mar, ou indo mais além, impactaram no próprio modo de vida desses pescadores do mar.

Neste sentido, não podemos deixar de comentar os desafios vindouros, que esses trabalhadores têm a enfrentar. É o caso dos limites impostos pelas legislações ambientais restritivas, ou ainda pelas disputas que ocorrem nos espaços em terra e no mar com os mais diferentes agentes sociais e políticos, entre tantos outros entraves ao seu desenvolvimento e organização social e laboral, que extrapolam o limite municipal e regional. Além disso, a constante atualização destes trabalhadores diante das novas leis, normas, direitos, obrigações e etc., que são continuamente revistas e cobradas desses sujeitos, que contam com seus sindicatos e Colônias representativas para todo esse mecanismo de atualização.

Constata-se também ao longo deste artigo que o pescador é um sujeito social que está em processo de redefinição de sua atuação, afinal existem novos usos dos espaços de

vida, morada e trabalho destes trabalhadores do mar. No entanto, isso não leva necessariamente ao fim deste pescador ou de seu trabalho, pelo contrário, isso só reforça a tese da centralidade ainda hoje desses trabalhadores que estão em processo de transformação e diante de conflitualidades constantes, que se desenrolam em seus espaços.

Assim, é possível verificar que o trabalho dos pescadores artesanais é dotado de uma complexidade, isto é, possui uma temporalidade, plasticidade e singularidade própria. Logo, não podemos deixar de mencionar que o trabalho desses pescadores se revela na realidade mais do que apenas um trabalho, afinal se constituem como um modo de vida peculiar. Por conseguinte, a pesca necessita de políticas que transcendam o aspecto assistencialista. Esta atividade não deve mais entendida como ultrapassada e marginalizada. Nem muito menos deve continuar a ser negligenciada pelo Estado e os demais órgãos, instituições e pela sociedade em geral. Deve haver políticas voltadas as especificidades dessa atividade tão importante como os demais setores econômicos. Assim como, deve haver o fortalecimento das organizações representativas elaboradas pelos próprios pescadores buscando conquistar e lutar pelos seus direitos e espaços de voz, morada e trabalho.

Destarte, demonstra-se como ainda hoje é fundamental a atividade exercida por esses sujeitos que vivem da pesca artesanal, que se revela mais que um trabalho, como prática laboral, estando articulada ao seu próprio modo de vida e de reconhecimento enquanto sujeito social e político. Deste modo, verifica-se diante das pesquisas de campo, como esses sujeitos enfrentam diariamente entraves a sua atividade e a própria reprodução social, mas que mesmo assim estão conseguindo se mostrar resistentes, persistentes e em luta por sua atividade laboral. Logo, revelando a centralidade do seu trabalho ainda hoje diante dessas dinâmicas degradantes e precarizantes que o capital vem assumindo no século XXI. Afinal, como se constata, “A dinâmica do capital leva não somente à exploração dos trabalhadores do mar, mas também ao desrespeito das leis que regulam o metabolismo da natureza.” (DIEGUES, 1983, p.102).

Verifica-se, desta forma, a importância do trabalho do pescador numa trama dinâmica de relações e conflitos de usos dos espaços e territórios que devem ser consideradas nas discussões do mundo do trabalho, mais precisamente sob um viés geográfico. E logicamente, vislumbrando-se a presente relevância de se analisar essa categoria nessa atual fase de exploração, degradação e fragmentação do trabalho diante das amarraduras impostas pelo capital.

Portanto, a importância de estudos geográficos comprometidos em estudar as complexidades inerentes ao universo do trabalho na/da pesca. Já que esta ciência conta com um arcabouço rico de categorias (espaço, território, paisagem) que muito bem se aplicariam a um estudo desta magnitude. Enfim, acreditamos que mais do que possível, é necessário uma geografia do trabalho, uma geografia dos pescadores, comprometida não só com os objetos, mas também com os sujeitos.

### Referências bibliográficas

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 7ª reimpressão, 2005.

BEGOSSI, A. Resiliência e Populações Neotradicionais: os caiçaras (Mata Atlântica) e os caboclos (Amazônia, Brasil). In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001, p.205-236.

CARDOSO, E. S. Trabalho e Pesca: apontamentos para a investigação. In: **Anais da X JORNADA DO TRABALHO: A Importância da Teoria para a Transformação Social e a Imprescindibilidade da Pesquisa para a Materialização da Práxis Emancipadora da Classe Trabalhadora no Século XXI**. Presidente Prudente/SP, 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/A02.pdf>>. Acessado em 10 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. Pesca e Trabalho insular em Vitória e Monte de Trigo – Ilhas do Litoral Norte Paulista. In: **Anais da XI JORNADA DO TRABALHO: Trabalho e as Escalas da Práxis Emancipatórias: autonomia de classe frente à territorialização do capital**. UFPB: João Pessoa, 2010a. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/ANAISXIJORNADA/Artigos%20GT4%20PDF/GT4-01%20Eduardo%20Schiavone.pdf>>. Acessado em 05 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. As configurações do trabalho na pesca: instrumentos de gestão e as dinâmicas espaciais do Litoral Norte Paulista. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; FRANÇA JÚNIOR, Luzimar Barreto (Orgs.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2010b, volume 5, p.148-175.

CORDELL, J. Marginalidade Social e Apropriação Territorial Marítima na Bahia. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001, p.139-160.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.



\_\_\_\_\_. Repensando e Recriando as Formas de Apropriação Comum dos Espaços e Recursos Naturais. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001, p.97-124.

FONSECA, P. I. P. **Educação ambiental no contexto da atividade turística realizada no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba e no Projeto Tamar – base Ubatuba**. 2011. 77p. Trabalho de conclusão de curso. Primavera – SP: UNESP/Rosana, 2011.

LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP**. 1999. 218p. Tese de doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1999.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol.1, parte terceira, 2008.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura: uma rede de ações para o fortalecimento do setor**. Brasília: MPA, 2009. Disponível em: <[http://www.conepe.org.br/sistema/arquivos\\_pdf/maispesca.pdf](http://www.conepe.org.br/sistema/arquivos_pdf/maispesca.pdf)>. Acessado em 20 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura: Brasil 2010**. Brasília: MPA, 2012. Disponível em:<[http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes\\_e\\_Estatisticas/Boletim%20Estat%C3%ADstico%20MPA%202010.pdf](http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%C3%ADstico%20MPA%202010.pdf)>. Acessado em 29 de abril de 2013.

MORAES, S. C. Colônias de Pescadores e a Luta pela cidadania. In: **Anais**. X Encontro Norte e Nordeste de Sociologia. Fortaleza, 01 a 03 de setembro, 2001.

RAMALHO, Cristiano Wellington N. **“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal Pernambucana**. São Paulo: Polis: Campinas: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP), 2006.

SILVA, A. C. da. **O Litoral Norte do Estado de São Paulo: formação de uma região periférica**. 1975. 273p. Tese de doutorado. São Paulo: USP, Instituto de Geografia, 1975.

SILVA, N. J. R.; LOPES, R. da G. Plano de extensão rural e pesqueira para o Litoral Paulista. In: **Série de Relatórios Técnicos do Instituto de Pesca**. São Paulo, n°44, p.1-53, 2010. Disponível em: <[ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/serreltec\\_44.pdf](ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/serreltec_44.pdf)>. Acessado em 05 de maio de 2012.

VERNALHA, M. C. R. **Efeitos do turismo de segunda residência no município de Ubatuba –SP: estudo de caso das praias Maranduba, praia Grande e praia da Fazenda**. 2010. 71p. Trabalho de conclusão de curso. Sorocaba: Universidade Federal de São Carlos, 2010.